

Pilar Vázquez Cuesta*

A variedade do sistema linguístico Galego-Português

A descoberta por Humboldt de que a linguagem não é um *ergon*, um produto perfeito e acabado, mas uma *energeia*, uma força em acção, algo que está continuamente a transformar-se, tem já quase dois séculos de existência, mas ainda hoje é muitas vezes esquecida por pessoas preocupadas pelos problemas linguísticos.

Uma língua viva – não acontece igual com as línguas mortas, relíquias arqueológicas que, no máximo, são utilizadas com fins rituais mas cujo *status* não é de modo algum invejável – constitui um perfeito *devir*. E não porque nasça, cresça, envelheça e morra como os organismos naturais, mas porque – como facto social que é – evolui.

A evolução linguística – que atinge o vocabulário (onde resulta mais fácil de detectar) e, de modo menos visível mas com consequências muito mais profundas, também a fonética, a entoação e a morfo-sintaxe – é, em condições normais, bastante lenta (ainda que os seus efeitos sejam geralmente perceptíveis no decurso duma vida humana) como para que não tenham os falantes clara consciência dela. Não deve faltar-lhes, contudo, uma certa intuição do fenómeno de que são os sujeitos, pois em todos os espaços linguísticos e em todas as épocas encontramos quem clame contra a corrupção da fala contemporânea. Fala julgada sempre inferior à dos avós por essa espécie de miragem que faz ao homem mitificar o passado e pela atracção que as línguas mortas exerceram sempre sobre os filólogos.

Na realidade uma língua viva, porque o é ou para manter-se assim, tem de mudar. Só as línguas que já não se falam permanecem estáticas e possuem estruturas definitivas. As línguas em uso estão constantemente a experimentar mudanças. Mudanças, às vezes, de início, pouco importantes mas que, como puxam umas por outras, terminam por modificar a sua estrutura. Porque cada estado de língua constitui um equilíbrio instável que pode romper-se e com efeito se rompe, em qualquer momento, para voltar a refazer-se dum outro jeito. Sendo este repetido tecer e destecer condicionado em grande parte por factores extra-linguísticos, como esperar que a evolução duma língua como a galego-portuguesa, espalhada pelos cinco Continentes, se tenha produzido de maneira uniforme?

Mas, além disso, as línguas vivas não são homogêneas, ainda que a relativa fixidez – sobretudo no registo escrito – da norma culta e o complexo de superioridade dos seus utentes, que resistem a reconhecer não apenas a legitimidade mas até a existência de padrões linguísticos distintos do seu, possam disfarçar este facto. As línguas vivas estão diversificadas geograficamente e estratificadas socialmente. Apenas no centro de cada área e na boca de determinados indivíduos coincidem o uso e a norma. São pois, três – temporal, espacial e social – as dimensões a tomar em consideração numa reflexão como esta sobre a unidade ou a variedade da área que nos ocupa, dimensões que se interferem mutuamente tornando mais complicada a previsão da sua deriva.

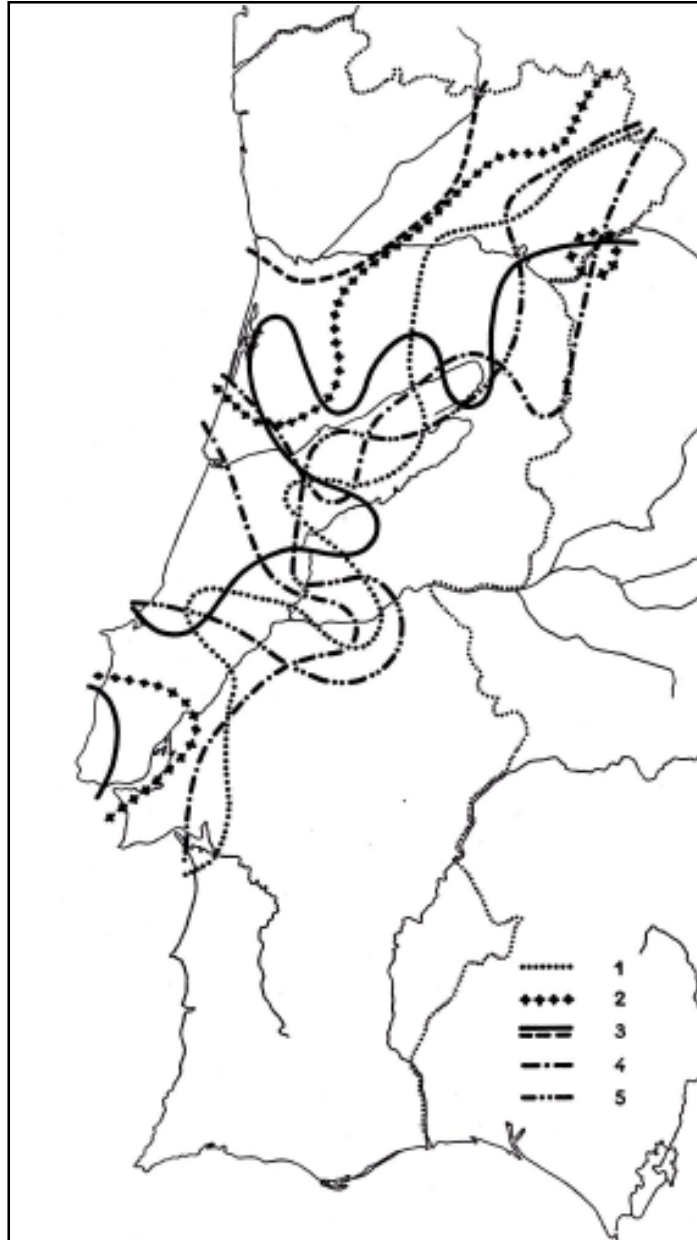
Ainda sem sairmos do terreno duma ortodoxa sincronia, limitando-nos à pura contemporaneidade, apresentam-se-nos as seguintes dúvidas: Até que ponto será uniforme uma área como a galego-portuguesa que abrange uma sétima parte da terra? Podemos dizer que essa área está hoje relativamente sedimentada ou, pelo contrário, em plena efervescência? No segundo dos supostos, é rápido ou lento o seu ritmo de evolução e leva-a a unificar-se ou a diversificar-se? Existe nela um centro de poder ou capitalidade linguística que imponha a sua norma? Qual o português-padrão com suficiente prestígio para que o aceitem todos os falantes?

E passando ao campo da diacronia: Como se explica historicamente a constituição da área linguística galego-portuguesa? Que factores geográficos, políticos, socio-económicos e culturais modificaram através dos tempos a sua configuração primitiva?

Ou penetrando no sugestivo mas melindroso reino da futurologia: Que ameaças pesam neste momento sobre a área linguística galego-portuguesa? Está em perigo a sua integridade territorial? Existe nela risco de quebra, de que se fragmente em línguas tão diferentes entre si como o são hoje as românicas? Quais as principais frentes a defender? Pode fazer-se alguma coisa para travar a evolução duma língua?

Comecemos por lembrar a História.

O galego – nascido como uma maneira inovadora e revolucionária de falar o latim na antiga Gallaecia romana (que incluía, além da actual Galiza, as províncias portuguesas do Minho e Trás-os-Montes) – avançou para o Sul em asas de Reconquista, sobrepondo-se aos dialectos moçárabes mais conservadores (que não conheciam, por exemplo, a perda do / e do *n* intervocálicos) os quais acabou por substituir. Língua autóctone no Norte, língua de colonização no Centro-Sul do país, perdeu aqui algumas das



Fronteiras lexicais

- 1 - Entre *mugir* e *ordenhar*. 2 - Entre *úbere* e *amojo*. 3 - a) Entre *cordeiro* e *borrego*. b) entre *anho* e *cordeiro*. 4 - Entre *cabrito* e *chibo*.
5 - Entre *espiga* e *maçaroca*.

suas características nortenhas e unificou-se por nivelção de localismos convertendo-se em português. Podemos dizer, portanto, que o português é uma versão centro-meridional do galego, como, do outro lado da raia fronteiriça, o andaluz é uma versão meridional do castelhano. Mas, enquanto este não passaria de uma variedade regional do espanhol, aquele ascendeu à categoria de língua-padrão de Portugal.

Dá-se assim a primeira divisão da área linguística galego-portuguesa: a que separa o português do galego. Enquanto a versão centro-meridional do galego – dignificada pelo estabelecimento em Lisboa da Corte (sempre foi considerada a Corte espelho de bem falar) – se estenderá pelo Mundo acompanhando a quase incrível expansão ultramarina portuguesa, a originária será imolada ao Sul do Rio Minho nas áreas da unidade linguística lusitana e abandonada ao Norte, na Galiza, ao seu destino, um trágico destino de invasão estrangeira e de avassalamento.

Constituem-se deste modo na área ainda só peninsular da língua duas sub-áreas, ou espaços com vida própria e histórica separada, que criarão as suas normas. Ao período áureo das descobertas e colonização de terras longínquas que faz do português uma língua imperial, correspondem os séculos escuros do galego, uma longa noite de quase quatro centúrias em que perde a escrita e até a consciência da sua identidade, chegando a julgar-se dialecto do espanhol ou até espanhol incorrecto. A língua poética por ambos partilhada durante mais de dois séculos – o galaico-português dos *Cancioneiros* medievais – perdera importância na segunda metade do séc. XIV terminando no séc. XV por morrer, não tanto em razão do seu esgotamento estilístico como por motivos de natureza extra-literária. A subida ao trono da dinastia de Aviz, que significou o triunfo da empreendedora burguesia lisboeta de armadores de navios e de comerciantes sobre a velha nobreza rural nortenha, marcou também o final do apoio à lírica palaciana por parte dos monarcas portugueses, preocupados pelo fortalecimento físico e moral dos seus cortesãos, para o que a prosa didáctica e a História resultavam muito mais úteis do que a poesia. Do lado galego, a decadência das peregrinações a Santiago e com ela a da Corte episcopal compostelana, a substituição da nobreza nativa por outra forânea com a vitória sobre Pedro I dos seus irmãos bastardos os Trastâmara, e as lutas entre os vassallos e os senhores, e dos senhores entre si, também não criavam um clima adequado para o cultivo deste género. Jograis e trovadores têm de refugiar-se nas Cortes frívolas e galantes dos reis de Castela, Enrique II, Juan I, Enrique III e Juan II. Mas –

afastada das suas raízes populares, tendo de desenvolver-se num meio cultural e linguístico estranho, cada vez mais *acastapada*, mais contaminada de castelhanismos léxicos, morfo-sintáticos e fonéticos –, após uma etapa inglória de virtuosismo formal, a velha poesia galaico-portuguesa desaparece, pois – conservando os metros – passa a escrever-se integralmente em castelhano.

Do seu desigual combate com o castelhano – língua do Poder político e em consequência também do Poder económico e cultural – o galego sai com cicatrizes e mutilações, algumas delas indeléveis. Mas, em determinadas circunstâncias, é já uma vitória a sobrevivência e o tempo tudo arranja, a não ser a morte...! Dessa mísera fala de camponeses e marinheiros (utilizada apenas por outras camadas sociais da Galiza para funções menos nobres ou importantes) a que o tinham reduzido, o galego voltaria a ser língua escrita com o *rexurdimento* / ressurgimento literário da segunda metade do séc. XIX. E, a partir de então, numa nova etapa da sua vida, tem ido paulatinamente recuperando os campos de que fora expulso. De língua exclusivamente popular e familiar, passou a ser uma outra vez também língua culta. De matéria apropriada apenas para a poesia lírica, a veículo da expressão dramática, da prosa de ficção e da prosa ensaística, científica e técnica. Ainda hoje língua B numa situação diglósica em que o castelhano desempenha o papel de língua A, muitos dos seus falantes estão comprometidos num processo de normalização socio-cultural do galego que lhe devolva o Ensino, a Administração e a Justiça, já que não as Relações Internacionais. Quanto à sua normatização – que no referente à ortografia tantas polémicas tem levantado nos últimos tempos –, oferece na realidade menos problemas que os que, numa primeira vista de olhos, poderia parecer. Existe na tradição literária e no próprio sentimento linguístico dos falantes não obsesionados pelo voluntarismo reintegracionista uma norma culta galega que se diferencia nitidamente, tanto na fonética, como no léxico e na morfologia, do português-padrão europeu.

Entretanto, a história do português desenvolvera-se de modo totalmente oposto à do galego. Se este último praticara apenas o heroísmo obscuro da resistência, o primeiro tinha vivido brilhantíssimos períodos de difusão e domínio. Língua numa nação livre e soberana que a finais do séc. XIII completara o seu tamanho peninsular definitivo, o português viajara desde começos do séc. XV com as caravelas dos descobridores a terras longínquas, enriquecendo-se com palavras que designavam realidades até então ignoradas pelos europeus. Estavam a fixá-lo gramáticos e ortografistas – já embelesado por prosadores e poetas – quando vive os momentos decisivos da sua expansão ultramarina. No Brasil

sobrepõe-se às línguas indígenas, fazendo-as desaparecer, como outrora o galego se subrepusera e fizera desaparecer os dialectos moçárabes do Sul de Portugal. Na África e no Oriente transforma-se num saber que será utilizado durante séculos por todos os povos da Europa para a evangelização e o comércio. Multiplica assim quase por cem a área inicial.

Mas é claro que esta prodigiosa expansão por territórios dos cinco Continentes não se leva a efeito por pura e simples substituição pela portuguesa, das línguas que antes da sua chegada se falavam neles (para isso deveriam ter desaparecido as populações nativas, coisa que felizmente não aconteceu); realiza-se devagar por meio da mestissagem e do sincretismo cultural. Surgem assim na África e no Oriente – após etapas de bilinguismo – os *crioulos*, línguas maternas de africanos, indianos, chineses ou malaios em que palavras portuguesas mais ou menos deformadas se inscrevem em estruturas exóticas. E é precisamente o crioulo africano introduzido no Brasil pelos negros que a escravidão transplantou para a América – e não o tupi-guarani dos indígenas da costa ou os dialectos tapuias das tribus do interior do país – o responsável das marcas mais profundas que observamos hoje no português brasileiro: as sintácticas.

A língua literária brasileira manteve-se em linhas gerais fiel à norma portuguesa, não apenas durante todo o período colonial mas até um século depois da independência. É precisamente por motivo das festas que em 1922 comemoravam o primeiro centenário desta que os escritores modernistas decidem fazer pública a sua decisão de abrir a porta da sua escrita – para dizê-lo com palavras de Manuel Bandeira – à «língua errada do povo / língua certa do povo / porque ele é que fala gostoso o português do Brasil. / Ao passo que nós o que fazemos é macaquear a sintaxe lusíada». E cumprem, com efeito, o seu propósito pois – ainda que sejam logo corrigidos os exageros (sobre tudo fonéticos) dos primeiros momentos – nunca voltariam à voluntária submissão à norma da ex-Metrópole dos seus predecessores. Quanto ao povo, no sentido mais amplo da palavra, havia tempo que oralmente se desviara dos padrões portugueses.

Podemos dizer que nasceu assim uma norma culta brasileira? A extensão desmesurada do país, com uma área de mais de oito milhões e meio de quilómetros quadrados, a sua diversidade geográfica e cultural e até a maneira de processar-se a colonização lusitana por pequenos núcleos isolados que se situam na costa, não parecem favorecer esta tese. E uma observação, mesmo superficial, de falantes cultos brasileiros de diferentes Estados confirma-nos na ideia de que ninguém se preocupa em acomodar

a sua pronúncia à pronúncia carioca, apesar de ser esta a recomendada por vários Congressos de Linguistas. Daí que o Projecto NURC, vinculado ao grandioso «Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Oral Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica Y de la Península Ibérica» em que colaboraram com o PILEL e OFINES várias Universidades, tenha escolhido como objecto de observação não só a antiga capital federal mas outras quatro cidades brasileiras – Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre –, tendo a impossibilidade de achar mais grupos populacionais que cumprissem os dois requisitos de superarem o milhão de habitantes e terem cem anos de antiguidade pelo inviabilizado o alargamento a mais cidades.

Distinguimos até agora na área linguística galego-portuguesa – uma área descentralizada, sem capital reconhecida e em plena gestação, impetuosa e acelerada gestação – três dessas «variantes nacionais» que o pesquisador soviético Jorge Stepánov achava na espanhola. Enumeradas por ordem de maior a menor antiguidade seriam elas a galega, a portuguesa e a brasileira. O pouco tempo decorrido desde a descolonização de Angola e de Moçambique não nos permita assegurar que estejam a gerar-se também nesses países outras «variantes nacionais», ainda que tudo leve a crer que sim.

Por mais que uma ortografia quase unificada o disfarce, a natureza não já reduzida mas frequentemente muda das vogais átonas portuguesas, determinadas palatalizações, vocalizações e desapareições de consoantes brasileiras, e em geral a tendência para a formação de novos e complicados grupos consonânticos por parte da «variante» europeia e para desfazer os tradicionais por parte da americana, afastam foneticamente ambas mais do que a não coincidência de timbres e de nasalizações numas poucas palavras que só reflecte a escrita. Como não podia deixar de acontecer, o vocabulário (principalmente o vocabulário cultural e o próprio da linguagem infantil) difere em ambos lados do Atlântico. Contudo, onde se registam maiores divergências entre o português do Brasil e o português de Portugal (que nisso se assemelha ao galego) é na sintaxe. Bem conhecidas são as diferenças existentes na colocação dos pronomes pessoais átonos, e nas normas de tratamento para a 2.^a pessoa, aquém e além Mar; menos observadas, a ausência do artigo no português do Brasil em casos em que resulta imprescindível no português de Portugal e no galego, e o maior uso, com respeito às europeias, que faz a variante americana do pronome pessoal sujeito. Mas sobre o que até agora – que saibamos – ninguém chamou a atenção, foi a estrutura da frase brasileira, em geral breve, cortada (há uma clara preferência

pelas orações justapostas e coordenadas), apoiada em abundantes bordões, sem o carácter redondo e acabado da portuguesa ou da galega. De natureza muito mais analítica do que estas, fica como no, ar, sempre pouco precisa, quer pela falta do pronome pessoal átono objecto directo, quer pela falta do pronome pessoal átono objecto indirecto, quer pela ausência de ambos. Pedimos desculpas pelo carácter impressionista desta descrição, justificada apenas pela carência de trabalhos científicos sobre o assunto.

Pelo contrário entre o galego – que pouco a pouco está a recuperar-se das profundas marcas, sobretudo vocabulares, que nele deixaram tantos séculos de bilinguismo e opressão castelhana – e o português de Portugal existe – como já vimos – uma perfeita coincidência sintáctica. As diferenças que se registam entre eles são de ordem fonética, morfológica e lexical. O conservadorismo do galego aproxima a sua pronúncia da do português do Brasil no que este tem de conservador, não nas inovações, afastando-a da do português de Portugal, que tanto evoluiu foneticamente nos últimos séculos. Manifesta-se igualmente na não confusão numa única terminação das terminações latinas *-anu*, *-ane*, *-one*, *-ant* e *-unt*, e em certas divergências dos morfemas verbais de pessoa e de tempo. Mas os seus mais importantes traços distintivos – a ausência de sibilantes sonoras e de vogais e ditongos nasais que tão fortes repercussões tem sobre a ortografia, impedindo a pura e simples adesão à escrita portuguesa e tornando quase impossível uma futura completa unificação ortográfica – parecem provir de evoluções espontâneas. No referente ao vocabulário, o galego possui um belíssimo léxico autóctone que não sabemos se foi sempre exclusivo ou partilhou outrora com a língua falada ao Sul do Rio Minho.

Unificar-se-ão com o tempo o galego, o português de Portugal e o português do Brasil (para não falar ainda dos portugueses da África) chegando-se a um único português-padrão? Parece-nos este um sonho acalentado por políticos e planificadores da língua com poucas probabilidades de converter-se em realidade. Mas não nos preocupemos. Complexados pelo facto de terem de confessar – como se fosse uma vergonha, como se não acontecesse nas melhores famílias linguísticas, no âmbito do inglês, do chinês, do espanhol – que o sistema linguístico galego-português possui mais duma norma culta, ávidos de acelerarem, com os seus esforços em pró da unificação da área, a vinda dessa língua universal que predissera o ingénuo, progressismo do século passado como fatalidade histórica, esqueceram sem dúvida o etnocídio que representaria a redução a uma todas as línguas que fala hoje a Humanidade. Pois matar uma língua equivale a matar

um povo. As línguas estruturam-nos o pensamento, condicionam a nossa apreensão do Mundo e nem sequer o triunfo final da nossa como língua única poderia compensar-nos do empobrecimento geral ocasionado pela desaparecimento de todas as demais.

Felizmente não nos espera um apocalíptico futuro de guerras de morte entre umas poucas grandes línguas sobreviventes dos seus conflitos com as pequenas e com as próprias variantes e variedades. Com a incorporação na marcha da História de povos que apenas a sofriam, os tempos caminham para um aumento das línguas reconhecidas como tais e providas de escrita. Com a crescente mobilidade das sociedades modernas e a popularização da rádio e da televisão, tende-se para uma maior aproximação entre a língua culta e a língua familiar, e até popular, de cada país. Isto não significa que não se sinta também a necessidade duma língua internacional – língua de comunicação exclusivamente de comunicação –, que, com o relativo fracasso dos idiomas artificiais, muito bem poderia ser gráfica (pensemos no cada vez maior desenvolvimento de todo tipo de pictogramas).

Mas constitui acaso uma tragédia a falta de uniformidade que observamos na área linguística galego-portuguesa? De modo algum. De que os falantes das diversas sub-áreas se compreendem entre si perfeitamente, e não apenas por escrito, dão fé entre outros factos, o sucesso obtido em Portugal pelas telenovelas brasileiras, os aplausos que recolhem na Galiza os grupos de teatro brasileiros ou portugueses que conseguem actuar lá, a audiência de que goza a televisão autonómica galega no Norte de Portugal. Na verdade o que faz essa falta de uniformização é garantir a coesão social da língua. Para que as elites dos diversos territórios que integram uma área linguística pluri-nacional possam partilhar uma norma comum têm de afastar-se não já da língua popular mas até da língua familiar dos respectivos países. O preço que se paga pela unidade horizontal duma grande língua (pensemos por um momento na situação linguística actual do mundo árabe) é a quebra da sua unidade vertical: a aparição da diglossia. E o esmorecimento da literatura, a não ser no centro de poder que impõe a sua norma aos outros. Porque uma norma alheia ao do ambiente que a envolve constitui um espartilho que impede o escritor de respirar livremente.

Ora bem, se a falta de unificação da área linguística galego-portuguesa supusesse a sua fragmentação em várias línguas – coisa que por agora não acontece e talvez nunca chegue a acontecer – como conjurar o perigo? Nos nossos dias, a solução não resultaria fácil. A área é extensíssima e está espalhada por vários Continentes. Falta nela a capital donde irradie naturalmente um português-padrão. Portugal deixou de ser o Império político

que impunha a sua norma. O Brasil não é por agora um Império económico. É apenas um país muito vasto e diversificado no qual convivem, sem integrar-se por completo, diferentes grupos populacionais que somam em conjunto mais de 150 milhões de pessoas. As novas nações africanas de língua oficial portuguesa estão ainda no berço. É muito duro para uma ex-Metrópole trocar a sua norma prestigiada pela História pela norma duma ex-colónia, por muito poderosa que esta seja (vemo-lo claramente no caso da Inglaterra a respeito dos Estados Unidos). As línguas são criações colectivas sobre as quais muito pouco podem os linguistas. Que o sistema linguístico galego-português tenda a uma maior unificação ou diversificação depende de factores de natureza extra-linguística e que não podemos controlar: da maior ou menor aproximação política, económica e cultural entre os países que a integram, do que quiserem esses povos, ou melhor dito, da força com que o quiserem.

No momento actual não podemos queixar-nos. A saúde da área linguística galego-portuguesa é bastante boa, não pior, por exemplo, do que a da espanhola, também sem perigo de fragmentação apesar da falta de uniformidade, mas com muitas frentes a defender para conservar a sua integridade territorial. A situação de Puerto-Rico poderia comparar-se com a galega, mais ficam ainda esses vinte milhões de hispanos que vivem nos Estados Unidos como cidadãos de 2.^a ou de 3.^a categoria, e que estão irremediavelmente condenados a aprender o inglês para progredirem por pouco que seja. Uma relíquia já quase com certeza irrecuperável é o espanhol das Filipinas. Como provavelmente será quase irrecuperável o português da Índia. Mas, enquanto o porvir do espanhol não é muito brilhante nem na única ex-colónia africana da Espanha – a Guiné Equatorial – nem na zona de Marrocos que está sob a sua «protecção», a presença e expansão do português na África – tanto a nível de crioulos (com a excepção do da ilha de Anobom, que forma parte da República equatoguineense) como de língua propriamente dita – estão perfeitamente asseguradas. Com o seu aparentemente tão modesto estatuto de «língua oficial e veicular» representa, por um lado (no Continente), o principal instrumento de unificação de cada país, indispensável meio de comunicação entre os falantes dos diversos dialectos e línguas africanas que nele convivem, e sinal de identidade nacional frente a países vizinhos de colonização francesa, belga ou inglesa cujas populações se expressam em parte nessas mesmas línguas ou dialectos; e constitui, por outro (e isto também nos arquipélagos de língua materna crioula), a mais acessível via de penetração no universo da Ciência e da Tecnologia modernas de que dispõem os

cidadãos, e elemento de trabalho insubstituível – por já experimentado – para o andamento do aparelho burocrático das novas repúblicas. Do que acontecer aos habitantes do Timor Ocidental dependerá o que aconteça ao crioulo português de Timor, o espaço mais tragicamente conflituoso e em perigo de toda a área. Não sabemos ainda a capacidade de resistência dos crioulos indo-portugueses, malaio-portugueses e sino-portugueses que se falam não só em Dio, Damão e Macau (até há pouco ou ainda agora sob a Administração portuguesa) mas também noutros muitos lugares da União Indiana, de Ceilão, Java, Malaca e Singapura que outrora formaram parte do Império lusitano. Cremos, no entanto, que se trata de pontos fracos da área, de frentes a defender. Um outro ponto fraco seria o da emigração para paí-ses que não falam galego ou português, a emigração para a Alemanha, Suíça, Inglaterra, França, os Estados Unidos que há tanto está a esgotar a Galiza, o Portugal Continental e Insular e o Arquipélago de Cabo-Verde, por exemplo. Porque os galegos, portugueses sobretudo do Norte do país, açoreanos, madeirenses e caboverdeanos que trabalham e vivem fora da sua pátria enviam de lá divisas mas têm filhos ou netos que terminarão por serem alemães, suíços, ingleses, franceses ou norteamericanos. E são esses milhares e milhares de falantes que cada ano se perdem para a nossa língua os que deveriam preocupar-nos mais do que uma tão longínqua e hipotética fragmentação. O remédio, no entanto, sai como sempre, dos limites da Linguística.

* Professora da Universidade de Salamanca

Referência

CUESTA, P. V. - A variedade do sistema linguístico Galego-Português. Revista ICALP, vol. 6, Agosto/Dezembro de 1986, 32-42.